

41117 – Teorias Sociológicas

Orientações para o estudo do Tema 3. A crise do paradigma: sobrevivência e novidade das teorias sociológicas a partir dos anos 80

2. A teoria das escolhas racionais

A primeira informação a reter é a de que muitas das teorias da escolha racional (TER) não só não são sociológicas como, mais ainda, podem se reconsideradas como uma forma de anti-sociologia. Se isto poderia levar-nos a questionar a pertinência da discussão destas teorias numa unidade curricular que pretende introduzir os/as estudantes à diversidade das teorias sociológicas do século XX e início do século XXI, não podemos, contudo, ignorar a adopção generalizada das TER na investigação académica contemporânea, muita da qual auto-afirmando-se como sociológica. Por este motivo, é relevante discutirmos brevemente estas teorias, sobretudo, para as olharmos criticamente, indicando algumas das suas principais limitações e o carácter discutível das algumas das suas premissas centrais.

O principal problema das TER localiza-se no seu pressuposto de universalidade. Ou seja, ainda que algumas das premissas das TER sobre os motivos pelos quais os seres humanos agem possam fazer sentido para compreender certas situações, circunscritas a certas esferas da vida humana, num momento histórico peculiar do desenvolvimento de algumas sociedades, é empírica, histórica e logicamente impossível sustentar que as TER explicam todos os comportamentos de todos os seres humanos, em todas as sociedades, em qualquer momento histórico. Este é, contudo, um postulado implícito de muitas das TER que, deste modo, as tornam inadequadas enquanto escolha para compreender uma parte substancial do mundo.

O principal argumento das TER é o de que os indivíduos se conduzem quotidianamente de acordo com uma forma de racionalidade instrumental. Ou seja, os indivíduos detêm uma dose de informação sobre o mundo (variável consoante a TER em questão), possuem objectivos pré-definidos, e estão na posse de um conjunto mais ou menos variado de recursos que podem mobilizar. A sua conduta orienta-se, nesta teoria, através da mobilização de recursos (mais ou menos) escassos para atingir os seus objectivos. Dito por outras palavras, as TER consideram que a acção racional implica uma relação entre os meios disponível a cada indivíduo e os fins que este pretende alcançar.

A consequência lógica desta premissa é a de que cada indivíduo é um *homo oeconomicus*, *i.e.*, um sujeito económico que orienta a sua vida de acordo com esta forma de racionalidade tentando maximizar o seu bem-estar. Quando confrontado com múltiplas possibilidades de acção simultâneas, com base na informação de que dispõe, cada indivíduo procurará mobilizar uma estratégia de uso dos seus recursos disponíveis que lhe permita maximizar os resultados pretendidos (ou, caso isto seja impossível, minimizar os seus prejuízos).

Esta conceptualização (exclusiva, em muitas das TER) da racionalidade teve origem na teoria económica neoclássica. Posteriormente, mas de modo razoavelmente rápido, este pressuposto economicista vulgarizou-se não só na economia, marginalizando teorias económicas alternativas, como também na ciência política e, com menor expressão, na sociologia. Contemporaneamente, versões deste argumento são também habitualmente utilizadas por representantes políticos, jornalistas, ou outros actores que, de formas variadas, se pronunciam publicamente sobre o estado e o destino das sociedades.

Tal como o texto da bibliografia obrigatória realça (Meireles, 2012, p. 53), as TER são analítica e administrativamente sedutoras no contexto político actual, essencialmente, por três motivos. Em primeiro lugar, as suas ideias centrais são simples e revelam coerência lógica interna. Em segundo lugar, é, em simultâneo, útil e apaziguador do espírito, tanto para a investigação académica quanto para aqueles que a recebem (representantes políticos, jornalistas, *etc.*), considerar que os indivíduos são sempre racionais e que podemos definir externamente o que significa ser racional. Por último, as TER pressupõem que a interacção decorre em situações estáveis que permitem uma equivalente estabilidade das condutas individuais, o que permite prevê-las com uma dose de incerteza reduzida, muitas vezes, recorrendo a modelos estatísticos.

O texto de Meireles apresenta-nos uma visão panorâmica de diferentes TER, realçando quer as suas diferenças, quer as várias premissas que estas partilham. Não abordaremos isto neste texto de apoio e quem pretender esclarecer dúvidas após a leitura do texto de Meireles deverá fazê-lo, como habitualmente, através do fórum Dúvidas.

Mais relevante do que isto é ter em mente que as diferentes TER assentam em formas individualismo metodológico, ainda que com algumas variações consoante a TER em questão. No limite, várias TER negam implicitamente a existência daquilo a que chamamos sociedade. Ao longo do semestre, vimos que diferentes correntes teóricas conceptualizam a sociedade de modos muitos diferentes. Entre o estrutural-funcionalismo de Parson, a sociologia figuracional de Elias e a sociologia fenomenológica de Berger e Luckmann há poucos consensos sobre o que é uma sociedade. Mas todas as correntes discutidas estão alinhadas numa ideia simples: a sociedade é mais do que uma soma de indivíduos.

Isto não se aplica a muitas das TER. O seu individualismo metodológico, muitas vezes, supostamente ancorado na obra de Max Weber, apaga a diferença entre uma soma de indivíduos e uma sociedade. Ora, para Weber, o individualismo metodológico não significava isto. Antes, constituía uma defesa do estudo das especificidades dos fenómenos sociais na qual a noção de “indivíduo histórico” não era sinónimo de “pessoa” mas, pelo contrário, expressava fenómenos historicamente únicos (por exemplo, o capitalismo moderno ou uma cidade concreta).

No limite, para muitas das TER, tudo o que existe são indivíduos que orientam as suas acções segundo o que, em certos círculos intelectuais e políticos das sociedades modernas

capitalistas contemporâneas, é definido como racionalidade. Apelando aos vossos conhecimentos adquiridos ao longo deste semestre, poderíamos afirmar que muitos dos autores das TER carecem daquilo a que Bourdieu chamava objectivação participante. Ou seja, fazem as suas análises assentar na ideia de que os indivíduos orientam as suas acções quotidianas de acordo com a lógica teórica externa da economia neoclássica e não de acordo com a multiplicidade de racionalidades, bem como de acordo com a multiplicidade de critérios não-racionais, que está presente nas vidas quotidianas dos indivíduos.

Nem todas as TER são igualmente limitadas e este texto de apoio ao estudo não pretende simplificá-las abusivamente. A bibliografia obrigatória para este ponto do programa da UC deverá ser lida com atenção. Mas não devemos perder de vista que, no seu pior, as TER simplificam abusivamente os fenómenos que pretendem explicar. Quando tal ocorre, saímos do campo da sociologia, empobrecendo de forma significativa quer a teoria, quer os mundos que esta, supostamente, deve ajudar a compreender.

Para realizar o estudo deste tópico do programa da UC, deverá ler o texto abaixo indicado.

Meireles, Fernando (2012), "Teoria da escolha racional. Limites e alcances explicativos", *Caos – Revista Electrónica de Ciências Sociais*, 22, 52-61.

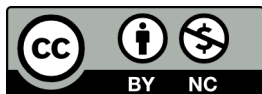
Tenha em mente que os materiais de apoio ao estudo disponibilizados não substituem a leitura do texto recomendado.

Conceitos e temas centrais a reter durante a leitura:

- escolha racional
- racionalidade instrumental
- adequação meios/fins ou recursos/objectivos
- teorias da racionalidade perfeita
- teorias da racionalidade imperfeita
- economicismo
- individualismo metodológico
- *homo oeconomicus*
- teoria da acção cognitiva (ou racionalidade cognitiva)

Como actividade formativa (não avaliada), procure resumir as principais ideias do texto indicado como bibliografia obrigatória. Escreva as suas dúvidas e comentários interpretativos (ancorados na bibliografia e não, meramente, comentários de senso comum) no fórum da UC para serem discutidos com a equipa docente e os/as colegas.

Este texto foi preparado por João Aldeia para o ano lectivo 2023/2024 da unidade curricular Teorias Sociológicas 41117.



<http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>